

BOLETIM DO SETOR ELÉTRICO

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



Maio de 2013

Número 0

É com satisfação que apresentamos o Boletim do Setor Elétrico, uma produção da equipe técnica do DIEESE que assessora as entidades sindicais vinculadas aos trabalhadores do setor. Esta é a edição número zero de uma produção regular cujo objetivo é analisar os principais acontecimentos que têm impacto sobre o setor, as empresas e os trabalhadores. A proposta é lançar um boletim a cada três meses.

Boletim do setor elétrico

Conjuntura Econômica

Na economia, 2012 não foi o ano da recuperação

Ao longo de 2012, o governo federal adotou várias medidas para estimular o investimento e o consumo, reduzir o custo do setor produtivo e garantir o crescimento do nível de emprego na economia brasileira. A redução das tarifas de energia elétrica, no início de 2013, por meio da prorrogação antecipada de uma parte das concessões do setor, é parte do conjunto de medidas.

Apesar das diversas iniciativas, 2012 não foi o ano da recuperação econômica no Brasil. A produção industrial registrou retração de 0,8%, a formação bruta de capital fixo (um indicador do investimento) caiu 4% e a agropecuária, que sofreu com os efeitos de fatores climáticos, teve queda de 2,3%. Por outro lado, o setor de serviços (1,7%), os consumos das famílias (3,2%) e do governo (3,1%) e as exportações (0,5%) aumentaram. O resultado foi um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 0,9%, bem abaixo da previsão de 3,2%, no início do ano.

Apesar do fraco desempenho da economia, a inflação (IPCA-IBGE), que no primeiro semestre apresentou tendência de queda (chegou a ficar abaixo de 5% em junho), voltou a subir no segundo semestre e fechou o ano em 5,84%. O aumento foi puxado, em grande medida, pela alta dos preços dos alimentos e dos itens de despesas pessoais. O custo da cesta básica, medido pelo DIEESE, aumentou em todas as 18 capitais pesquisadas: a maior variação foi em Salvador (32%) e a menor, em Goiânia (14%), indicando um efeito maior na redução do poder de compra da população mais pobre, já que esta gasta a maior parte da renda com alimentação.

Mesmo com o quadro adverso, os indicadores do mercado de trabalho conseguiram manter bom desempenho. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED¹, realizada pelo DIEESE, a Fundação Seade e outros parceiros, a taxa de desemprego total apresentou relativa estabilidade, ao passar de 10,4%, em 2011, para 10,5%, em 2012. A taxa de desemprego aberto²

¹ Os resultados referem-se aos valores anuais médios dos principais indicadores do mercado de trabalho das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e do Distrito Federal. Em 2012, a menor taxa de desemprego foi registrada em Belo Horizonte (5,1%) e a maior, em Salvador (17,7%).

² Engloba pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista da pesquisa e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias.

passou de 7,9% para 8,1% e a de desemprego oculto³, de 2,5% para 2,4%. A taxa de participação⁴, por sua vez, foi de 59,9% para 60,5%.

O nível de ocupação cresceu 2,0% em comparação a 2011, aumento de 384 mil postos de trabalho. Os setores de serviços (327 mil), comércio e reparação de veículos (18 mil) e de construção (87 mil) registraram aumentos, enquanto a indústria apresentou queda no número de ocupados (-21 mil). Em 2012, no conjunto das regiões pesquisadas, cresceram os rendimentos médios reais de ocupados (2,6%) e assalariados (1,4%). Os valores passaram a equivaler R\$ 1.543,00 e R\$ 1.585,00, respectivamente.

Incertezas continuam em 2013

Com a redução das tarifas de energia elétrica anunciada para o início de 2013, o governo esperava incentivar a produção industrial (via redução dos custos do setor produtivo), o consumo das famílias (via aumento da renda disponível para consumo), e, de quebra, ainda segurar a alta da inflação.

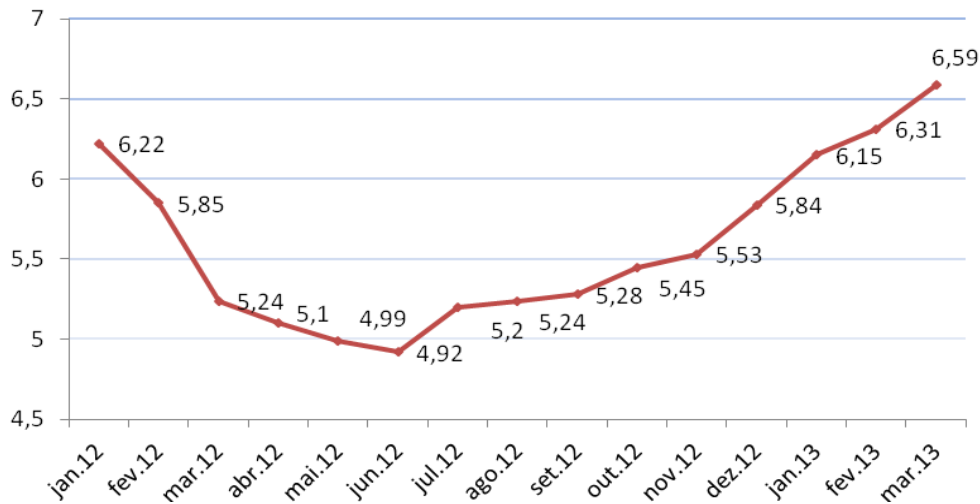
Com outros anúncios importantes feitos pelo governo, o ano começou com expectativas de crescimento maior do que o do ano passado, em torno de 3,5%. Porém, os resultados dos dois primeiros meses trouxeram mais dúvidas do que certezas sobre como será o desempenho da economia nesse ano. Após uma leve recuperação na passagem do ano, a produção industrial voltou a recuar em fevereiro, -2,5% em relação a janeiro, e -3,2%, na comparação com fevereiro de 2012 (15 dos 27 setores pesquisados pelo IBGE apresentaram quedas na produção).

Por outro lado, conforme pode ser visto no Gráfico 1, a inflação segue a tendência de alta verificada desde o meio do ano passado. O índice continua pressionado, em grande parte, pela alta dos preços dos alimentos.

³ Pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

⁴ A taxa de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

GRÁFICO 1
Varição da inflação em 12 meses, IPCA (em %)
Janeiro de 2012 - março 2013



Fonte: IBGE

Em janeiro, a inflação avançou 0,9%, em fevereiro, 0,6%, e em março, 0,47%. A queda do índice em fevereiro deveu-se principalmente à redução das tarifas de energia elétrica, que ficaram 15,7% mais baratas. De acordo com o IBGE, “com peso de 3,18% no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, o item energia elétrica se destacou por exercer significativo impacto para baixo no IPCA de fevereiro, com -0,48 ponto percentual”. Ou seja, sem a redução das tarifas de energia elétrica, a inflação de fevereiro teria sido quase o dobro da registrada no mês.

O tema da inflação está bastante em pauta, sobretudo no que diz respeito à utilização do aumento da taxa de juros por parte do Banco Central como instrumento para o controle de preço. A posição do governo até agora tem sido a de resistir à tentação ortodoxa de elevar juros com o argumento de que essa medida, além de não atacar a principal causa da inflação, prejudicaria a recuperação da economia. A última decisão do Banco Central de elevar em 0,25% a taxa Selic parece ter tido o objetivo de sinalizar ao mercado de que, caso continue havendo pressão, a política monetária será utilizada.

No entanto, para além da questão dos juros, o governo mantém no ano os programas de desonerações, com o objetivo de manter o estímulo à produção e ao emprego no país.

Mercado Setorial

Mercado de energia elétrica em 2012

O consumo de energia elétrica no Brasil, em 2012, cresceu 3,5% em relação ao ano anterior, totalizando 448,3 mil GWh. A variação positiva no consumo de energia elétrica foi bem superior à taxa de crescimento do PIB, contrariando aparentemente a relação que normalmente se verifica entre crescimento econômico e aumento do consumo de energia. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), este “descolamento” acontece em períodos em que a economia cresce menos, devido a “elementos inerciais presentes no comportamento do mercado consumidor”.

Entretanto, este descompasso entre uma pequena taxa de crescimento do PIB e o aumento do consumo de energia elétrica pode ser mais bem explicado a partir de uma particularidade da economia brasileira em 2012: apesar do crescimento econômico abaixo das expectativas, a taxa de desemprego se manteve estável e relativamente baixa, o número de ocupados aumentou e os rendimentos tiveram aumento real. As temperaturas elevadas no final de 2012 também contribuem para explicar o consumo maior.

TABELA 1
Consumo de Energia Elétrica no Brasil – 2012

	Energia Consumida (1000 GWh)	Crescimento Anual (%)
Consumo total	448,3	3,5
Residencial	117,6	5
Industrial	183,5	0
Comercial	79,3	7,9
Outros	67,9	6,2
Mercado Cativo	327,7	2,3
Mercado Livre	120,6	7

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – Resenha Mensal do Mercado de Energia
Elaboração: DIEESE- Rede Eletricitários

Neste contexto, entende-se porque o consumo de energia apresentou um aumento mais expressivo nas classes comercial (7,9%) e residencial (5,0%), ao mesmo tempo em que permaneceu estagnado na classe industrial.

O aumento do emprego em 2012 concentrou-se nos setores de comércio e serviços, o que indica o crescimento destas atividades e, conseqüentemente, maior consumo de energia. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE), o volume de vendas no varejo, em dezembro de 2012, foi 8,3% maior que no mesmo mês de 2011. No segmento de shoppings centers, segundo a Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce), 2012 contou com o acréscimo de 1 milhão de m² de área bruta locável (+10,2%) e com mais de 3.000 lojas adicionais (+4,3%).

O consumo de eletricidade das famílias (+5,0%), por sua vez, foi influenciado pelo aumento de 3% no número de consumidores e pelo maior consumo individual. Cada unidade consumidora demandou 2% a mais que no ano anterior (159 kWh por mês, segundo a EPE). Além do mercado de trabalho aquecido, esta expansão se deve também, no primeiro caso, ao crescimento do número de residências e dos serviços de eletricidade e, no segundo, ao aumento do crédito e da renda; segundo a PMC/IBGE, a demanda de móveis e eletrodomésticos cresceu 12,2% em 2012, com impacto - este último item - sobre consumo de energia elétrica.

Em relação ao aumento do consumo de energia elétrica no final de 2012, conforme informações da EPE, as temperaturas máximas em dezembro alcançaram até 5° C acima da média histórica do período, principalmente na região Sudeste. A EPE informa ainda que concessionárias de energia elétrica têm identificado o aumento da posse de condicionadores de ar, o que tem impacto direto no consumo de eletricidade.

No setor industrial, foi requerida, em 2012, a mesma quantidade de energia elétrica usada no ano anterior, embora a produção industrial tenha recuado 0,8%. Os subsetores da indústria que influenciaram este resultado negativo foram a extrativa mineral (-1,1%) e de transformação (-2,5%). A construção civil, por sua vez, teve crescimento de 1,4%, e a produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, de 3,6%.

O crescimento de 3,5% no consumo total de energia elétrica resultou de uma expansão proporcionalmente maior do segmento livre (+7,0%) do que do mercado cativo (+2,3%). Em 2012, o mercado livre respondeu por 27% do consumo de energia elétrica na rede.

Ligeira recuperação do consumo industrial no início de 2013

De acordo com a EPE, o consumo industrial de energia elétrica cresceu 1,4% entre janeiro e fevereiro. Este aumento, entretanto, refletiu um comportamento diferenciado nos diferentes estados

da federação. Com a retração dos setores de metalurgia do alumínio e siderurgia, os estados com maior especialização nestes setores apresentaram queda no consumo industrial de energia: Maranhão (-14,6%), Pará (-12,9%), Minas Gerais (-9%) e Goiás (-5,5%). Em contrapartida, em estados com indústria mais diversificada, houve crescimento do consumo industrial, a exemplo do Rio de Janeiro (+6,3%) e São Paulo (+1,1%). No Espírito Santo, o consumo de eletricidade da indústria cresceu 4% e em Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Bahia, em conjunto, o crescimento foi de 4,6%.

Desempenho Setorial

O desempenho das empresas do setor elétrico

Apesar do crescimento de 3,5% do mercado de energia elétrica no Brasil em 2012, com destaque principalmente para o consumo residencial e comercial, o ano foi marcante para o setor de energia elétrica devido a outro fator. Diferentemente dos últimos 10 anos, a maior parte dos balanços das empresas apresentou resultados negativos ou abaixo do obtido no ano anterior.

De acordo com levantamento da consultoria Econômica, o lucro total de um conjunto de 35 empresas com capital aberto, em 2012, caiu 61,4%. Em valor monetário, a queda foi de R\$ 19,9 bilhões para R\$ 7,7 bilhões.

Duas mudanças promovidas pelo governo e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) influenciaram o desempenho das empresas em 2012 e continuarão influenciando nos anos seguintes:

- a) Metodologia do terceiro ciclo de revisão tarifária - Promoveu a redução da taxa de remuneração do capital⁵ passando de 9,95% para 7,5% (líquida de impostos e contribuições) e o aprofundamento dos mecanismos de modicidade tarifária através do Fator X. A modicidade tarifária tem o objetivo de reduzir a parcela gerencial da tarifa⁶, com a apropriação dos ganhos de produtividade (Fator Xp) resultantes do aumento de mercado da concessionária e das avaliações de qualidade do serviço prestado (Fator Xq). Esses mecanismos, até então utilizados na regulação das tarifas de distribuição e nos novos empreendimentos de transmissão de energia, passarão a ser adotados também para as concessões de geração e transmissão renovadas.

⁵ Medido pela valoração dos ativos em uso na prestação do serviço pela empresa, definido pelo regulador como a Base de Remuneração Regulatória – BRR.

⁶ Conhecida como Parcela B (gerenciável), compreende basicamente os custos operacionais, a remuneração do capital e a quota de depreciação.

- b) Medida Provisória 579 (Lei 12783) - Resultou na antecipação da renovação das concessões, com indenização dos ativos ainda não amortizados e depreciados, e redução das tarifas de geração e transmissão, que passam a ser reguladas, refletindo exclusivamente os custos de operação e manutenção definidos pela Aneel, acrescidos de 10% como taxa administrativa.

Essas duas medidas afetaram os resultados no exercício, financeiramente, com a redução das receitas provenientes de tarifas mais baixas decorrentes da revisão tarifária (especialmente as distribuidoras de energia), e contabilmente, por conta do reconhecimento da diferença entre o valor do empreendimento registrado no balanço e o valor indenizado pelo governo na renovação da concessão desse empreendimento.

A Eletrobras, por ter a maior parte dos ativos renovados, foi a principal prejudicada pela medida. A empresa informou que a diferença entre os valores contábil e indenizado foi superior a R\$ 3 bilhões. A maior perda foi observada na controlada Chesf, com mais de R\$ 8,2 bilhões. Segundo a área financeira da empresa, o prejuízo do período foi de R\$ 6,8 bilhões, no entanto, desconsiderando os efeitos extraordinários do exercício, o resultado teria sido positivo em R\$ 5,9 bilhões.

Os resultados de muitas empresas também foram afetados por outros motivos. No caso das distribuidoras, a escassez de energia levou à maior utilização de energia térmica, com elevação do preço no curto prazo. Essa situação elevou os custos das empresas com compra de energia, sem o respectivo aumento na tarifa, já que elas precisam aguardar a data-base dos reajustes para a correção. Essa situação gerou forte perda para as distribuidoras e obrigou o governo a adotar uma medida alternativa de financiamento por meio de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), através do Decreto 7.945 de, 07/03/2013.

Outro efeito com impactos sobre os resultados foi o reconhecimento das contas das entidades de previdência privada nos balanços das empresas. As mudanças nas taxas de juros e a consequente redução da valorização dos investimentos aumentou a expectativa de déficit dos planos. Essas diferenças oriundas dos fundos de previdência, que até então eram apenas comentadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, passaram a ter que ser reconhecidas contabilmente. Essa mudança, mesmo que não tenha efeito financeiro, mexeu com os resultados contábeis das empresas, como a AES Eletropaulo.

A redução dos resultados nas empresas do setor afetou de modo importante o desempenho das ações das companhias elétricas. Enquanto a bolsa de valores brasileira apresentou valorização de

7,4%, o índice do setor de energia (IEE) sofreu desvalorização de 11,7% ao longo de 2012. Em termos de valor de mercado, as empresas do setor elétrico listadas na Bolsa perderam R\$ 48 bilhões, o que apenas revela o quanto o valor de mercado, determinado pelo valor das ações, estava descolado do verdadeiro valor patrimonial das empresas.

Diferentemente dos anos anteriores 2012, foi atípico para as empresas do setor elétrico. As perdas verificadas no ano representaram uma reversão em relação aos ganhos auferidos nos últimos anos⁷. No entanto, as expectativas de ganhos continuam atraentes pela forte expansão do setor de energia. Excluindo os efeitos das medidas governamentais, especialmente relacionadas à renovação das concessões, 2012 parece ter recolocado o setor em um patamar de resultados mais adequados à prestação de um serviço público.

Regulação

A MP 579 e seus desdobramentos

A Medida Provisória (MP) 579, promulgada pelo governo federal em setembro de 2012 e convertida na Lei 12.783, desencadeou uma série de mudanças no setor elétrico brasileiro. O processo ainda está em curso e os impactos já começam a surgir, mas restam algumas definições pendentes por parte do governo federal.

A MP 579 determinou que as concessionárias tivessem até abril de 12 para se manifestar, caso optassem por renovar antecipadamente as concessões de geração, transmissão e distribuição que estava vencendo. Celesc, Cemig, Cesp e Copel decidiram pela não renovação dos ativos de geração que administravam. As empresas questionaram as tarifas de partida definidas pela Aneel, em média de R\$ 9,80/MWh, e, principalmente, o cálculo das indenizações a serem pagas antecipadamente pelo governo para cobrir os custos remanescentes com a amortização dos ativos. Por exemplo, a Cesp, que esperava receber R\$ 7,2 bilhões pelo conjunto de ativos sob sua concessão, receberia cerca de R\$ 1,8 bilhão, segundo a metodologia adotada, o Valor Novo de Reposição (VNR).

⁷ Importante destacar que nem todas as empresas do setor elétrico apresentaram resultado negativo. A Cemig, que a exemplo da Cesp e da Copel, não aderiu aos termos da MP 579 para os ativos de geração (21 usinas com potência total de 3.607 MW) manteve, pelo menos até os vencimentos das concessões, o fluxo de receitas no mesmo patamar anterior. Com liderança no mercado livre e agressiva estratégia de crescimento através de aquisições, a Cemig viu suas ações ordinárias se valorizarem 23,53% e as preferenciais, 3,06%, em 2012.

A não adesão dessas empresas diminuiria a redução esperada nas tarifas de energia de 20,2% para 16,7% em média. Para garanti-las, o governo anunciou, em 24 de janeiro, o aumento do aporte do Tesouro Nacional de R\$ 3,3 para R\$ 8,4 bilhões, via CDE, para subsidiar os encargos incidentes sobre a tarifa. Com isso, a redução seria ampliada, passando a ser de 18% a 32% da tarifa final, de acordo com a classe de consumidores e o nível de tensão.

O esforço fiscal ainda maior para garantir a redução tarifária se insere na busca do governo por incentivar a indústria brasileira - nesse caso, por meio da redução dos custos de produção -, tendo em perspectiva o baixo desempenho econômico de 2012. Além disso, a redução das tarifas serviria também para o controle da inflação, outra preocupação latente do governo. Para efetivar a redução, a Aneel realizou a revisão tarifária extraordinária das distribuidoras e as novas tarifas passaram a valer a partir de 25 de janeiro, antecipando a data prevista inicialmente de 5 de fevereiro.

Outro ponto controverso da MP 579 se referia aos ativos de transmissão. No cálculo das indenizações, não foram considerados inicialmente os ativos anteriores a maio de 2000, entendidos pelo governo como totalmente depreciados. A MP 591, de 29 de novembro de 2012, alterou o artigo 15 da MP 579 e reconsiderou essa posição. Entre os motivos, além de levar em conta investimentos realizados posteriormente nas instalações de transmissão, o governo declarou a intenção de incentivar as empresas a aderirem à renovação antecipada das concessões. Caso a proposta inicial da MP 579 tivesse sido mantida, as transmissoras seriam as mais afetadas, pois as diferenças entre a depreciação apurada pelos balanços das empresas e aquela considerada no cálculo da indenização pelo governo seriam maiores.

A MP 579 definiu também a possibilidade de renovação antecipada das concessões de distribuição, mas esta precisa ainda de regulamentação. O segmento de distribuição já é regulado pela Aneel, para reajustes tarifários anuais e revisão tarifária periódica, que definem as tabelas de preços de energia elétrica por empresa a partir de elementos como custos de operação, investimentos realizados e qualidade do serviço prestado. Portanto, a premissa da modicidade tarifária já vem sendo adotada por essa metodologia e não deve haver mudanças significativas na estrutura. Além disso, o impacto econômico sobre as empresas, se houver, deve ser consideravelmente menor que o ocorrido com a transmissão e a geração.

As 44 empresas cujas concessões vencem entre 2015 e 2017 já manifestaram interesse em renová-las. Contudo, muitas podem perdê-las, a depender dos critérios estabelecidos pela agência reguladora. Espera-se que a contrapartida exigida pelo poder concedente para a renovação das

concessões passe por um plano de ajuste para a melhora da qualidade na prestação do serviço, por meio, entre outros, de novos investimentos das empresas concessionárias nas instalações.

As medidas introduzidas a partir da MP 579 representam a adoção de novos critérios regulatórios no segmento de geração, aos moldes do que já ocorria com as distribuidoras e, em parte, na transmissão. A metodologia adotada pela Aneel ao longo dos anos tem buscado a chamada eficiência na prestação do serviço público, visando à modicidade tarifária. A experiência nas distribuidoras mostra que esses critérios são extremamente prejudiciais para os trabalhadores. Está claro que a eficiência propagada pela Aneel passa pela forte redução de custos, principalmente com pessoal. Isso por que a alternativa de muitas empresas foi a clássica terceirização, inclusive das atividades fim, o que tem levado à precarização do trabalho e ao aumento no número de acidentes com lesões permanentes e mortes.

Negociação Coletiva Nacional e Setorial

Em 2012, o DIEESE analisou, através do SAS (Sistema de Acompanhamento de Salários), 704 unidades de negociações realizadas em todo o Brasil. O estudo revela que 98,7% das negociações apresentaram reajustes iguais ou superiores à inflação, 94,6% obtiveram ganhos reais, 4,1% conseguiram repor a inflação e apenas 1,3% não conseguiu nem mesmo repor a inflação. Este resultado foi o melhor para as negociações coletivas desde o início da pesquisa, em 1996, apesar do baixo ritmo da atividade econômica brasileira em 2012.

Além do avanço no número de negociações que registraram ganhos reais, ocorreu uma melhora no patamar desses ganhos. Nota-se que, no período de 2008 a 2010, os ganhos reais estiveram concentrados nas faixas de 0,01 a 1% e de 1,01% a 2%. A partir de 2011, as faixas mais elevadas de ganhos reais passam a ter maior participação. Em 2012, as faixas de maior representação foram as de 1,01% e 3% (63% dos reajustes totais analisados), com participação de 34,2% e 28,4% respectivamente.

Conforme se pode verificar na Tabela 2, as negociações com reajustes acima de 5% representaram 4,4% do total, em 2012. Já o ganho real médio do ano foi de 1,96%, superior ao verificado nos anos anteriores: 2008 (0,92%), 2009 (0,95%), 2010 (1,67%) e 2011 (1,34%).

TABELA 2
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação
com o INPC-IBGE, Brasil, 2008-2012 (em %)

Variação	2008	2009	2010	2011	2012
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Acima do INPC-IBGE	78,3	80,5	87,8	87,1	94,6
Mais de 5% acima	0,6	1,7	4,3	1,4	4,4
De 4,01% a 5% acima	0,9	1,4	3,4	1,4	4,0
De 3,01% a 4% acima	3,3	2,8	8,8	5,7	3,7
De 2,01% a 3% acima	9,7	11,4	16,3	15,2	28,4
De 1,01% a 2% acima	29,7	25,7	27,7	36,1	34,2
De 0,01% a 1% acima	34,2	37,5	27,3	27,3	19,9
Igual ao INPC-IBGE	10,7	11,6	7,7	7,1	4,1
De 0,01% a 1% abaixo	9,5	5,4	4,0	4,8	1,1
De 1,01% a 2% abaixo	0,9	0,6	0,1	0,4	0,1
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,6	0,1	0,3	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
Mais de 5% abaixo	0,4	1,0	-	0,3	-
Abaixo do INPC-IBGE	11,1	7,8	4,5	5,8	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAIS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: para efeitos de comparação, foram consideradas, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 704 unidades de negociação

No caso do setor elétrico, em 2012 foram analisadas 41 negociações coletivas (ressalta-se que nem todas as negociações deste setor de atividade econômica fazem parte do painel do SAS - DIEESE). Assim como ocorreu nacionalmente, 2012 também foi o melhor ano para as negociações coletivas no setor, apesar da queda nos resultados econômicos registrados por algumas empresas.

Desta forma, 97,6% das negociações coletivas analisadas no setor elétrico conquistaram reajustes iguais ou superiores a inflação. Porém, conforme a Tabela 3, a participação das negociações que conquistaram ganhos reais em 2012 foi igual à observada em 2011 (90,2%). Por outro lado, apenas 2,4% do total das negociações do ano passado tiveram reajustes que não foram suficientes para repor a inflação no período da data base. Verificou-se ainda que mais da metade das negociações coletivas analisadas do setor elétrico (51,2%) obteve ganhos reais na faixa de 1,01% a 2%. Além disso, quase 70% das negociações registraram ganhos acima de 1,01%, com destaque para 12,2% do total das negociações que conquistaram reajustes acima de 3%.

Tabela 3
Distribuição dos reajustes salariais no setor elétrico, em
comparação com o INPC-IBGE, Brasil, 2008-2012 (em %)

Varição	2008	2009	2010	2011	2012
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Acima do INPC-IBGE	61,8	78,4	81,0	90,2	90,2
Mais de 3% acima	2,9	-	4,8	2,4	12,2
De 2,01% a 3% acima	-	-	2,4	4,9	4,9
De 1,01% a 2% acima	11,8	27,0	50,0	41,5	51,2
De 0,01% a 1% acima	47,1	51,4	23,8	41,5	22,0
Igual ao INPC-IBGE	17,6	2,7	4,8	4,9	7,3
De 0,01% a 1% abaixo	17,6	16,2	14,3	4,9	2,4
De 1,01% a 2% abaixo	2,9	2,7	0,1	-	-
De 2,01% a 3% abaixo	-	-	0,1	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	20,6	18,9	14,3	4,9	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAIS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: número de negociações analisadas: 2008 (34); 2009 (37); 2010 (42); 2011 (41); 2012 (41)

Para 2013, ficam duas perguntas: as negociações com ganhos reais continuarão a crescer no país? O setor elétrico continuará acompanhando a tendência nacional? A perspectiva é de um cenário econômico mais positivo, com estimativas de crescimento do PIB entre 3% a 4%. A inflação, a despeito de sua aceleração nos primeiros meses, deve apresentar tendência de queda já nos próximos meses e de forma mais acentuada a partir do segundo semestre.

O mercado de trabalho, por sua vez, continua aquecido, com taxas de desemprego no menor patamar da história. No setor elétrico, apesar da continuidade do processo de expansão, sobretudo pelos elevados investimentos previstos para os próximos anos (R\$ 166 bilhões, entre 2013 e 2016, representando 34% do total previsto pelo BNDES para a área de infraestrutura), a adoção de programas de desligamento sem reposição da força de trabalho em um conjunto grande de empresas certamente resultará na redução do emprego, principalmente do quadro próprio das empresas. O enfrentamento dessa situação será fundamental para manter o nível de conquistas da categoria nas próximas negociações coletivas.



Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe responsável

Rede Eletricitários

Carlos Machado

Daniel Passos

Fabiano Camargo

Gustavo Teixeira

Jessica Naime